

Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2019

EDITAL Nº 054/2019

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Registro/SP.

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração.

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA1

1 - DO PREÂMBULO

1.1. - A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, estabelecida à Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro – Registro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 45.685.872/0001-79, através da Senhora Secretária Municipal de Administração, DÉBORA GOETZ ACETO, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br)", objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, conforme descrito no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.

¹ Artigo 47 c.c. 49	"caput", ambos da Le	i Complementar n°	123/2006, com	redação dada	pela Lei Compl	ementar
n° 147/2014						

Rubrica 1 ^a (Secretária da Administração) 2 ^a (Requerente) Visto do Jurídico	0
----------------------------------------------------------------------------------------------------	---



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

Este edital será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e Lei nº 8.078, de 1990 do Código de Defesa do Consumidor. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 30/04/2019, às 09h00min. TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 10/05/2019, às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/05/2019, às 09h10min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 10/05/2019, às 09h30min.

LOCAL: www.bll.org.br - "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro, Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828.1000 r. 1056, ou ainda, através do e-mail **material@registro.sp.gov.br.**

1.2. - Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **PREGOEIRO** em sentido contrário.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

2 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, conforme descrito no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.
- 2.2. O valor total estimado para o certame é de R\$ 204.689,91 (duzentos e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa um centavos), conforme estimativa de preços constante nos autos do processo administrativo nº 067/2019.

3 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **3.1.** O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões BLL (<u>www.bll.org.br</u>).
- **3.2.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Registro, denominado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).
- **3.3.** As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Registro, em www.registro.sp.gov.br; no site da BLL Bolsa de Licitações e Leilões, em www.bll.org.br; ou publicadas no **Diário Oficial do Município diário eletrônico www.registro.sp.gov.br**. As demais condições constam no presente edital, seus anexos e minuta da Ata de Registro de Preços.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

4 - REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **5.1. -** Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- **5.2.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (**Bolsa de Licitações e Leilões**).
- **5.3.** O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, em tempo hábil, antes do horário fixado no edital para o encerramento de recebimento das propostas.
- **5.4.** O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- **5.5.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema **www.bll.org.br**, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



- 5.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte, caso queiram optar pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, além da apresentação do TERMO DE OPÇÃO conforme modelo constante do ANEXO III, deverão quando do cadastramento da proposta inicial de preços a ser digitado no sistema, informar no campo próprio sua condição como empresa (ME ou EPP).
- **5.7.** Estão **impedidas** de participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:
 - a) Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, assim também, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002;
 - b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
 - c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer outras formas de constituição em grupo;
 - d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- **5.7.1.** As alíneas "a" e "b" do subitem **5.7.** encontram amparo na **SÚMULA Nº 51.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

5.8. - A participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. - O certame será conduzido pelo **PREGOEIRO**, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das Leis aplicáveis a matéria.

7 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BLL

- **7.1.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BLL Bolsa de Licitações e Leilões**, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- **7.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- **7.3.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL Bolsa de Licitações e Leilões**.
- **7.4.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.5.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

8 - PARTICIPAÇÃO

- **8.1.** A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
- **8.2.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 8.3. É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
- **8.3.1.** A desclassificação de que trata o subitem anterior, <u>não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos</u>, e esses terem sidos anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.
- 8.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no <u>sistema operacional</u>, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600 e 3097-4611, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail <u>contato@bll.org.br</u>.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

9 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **9.1.** A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização do contrato se dar na forma do § 4° do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- **9.1.1.** As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas.
- **9.1.2.** A Contratada/Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos.
- 9.2. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **10.1.** As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) sob a(s) classificação(ões) funcional(is) programática(s) e categoria econômica abaixo discriminadas: 3.3.90.39.
- **10.2.** A ficha orçamentária será indicada conforme disponibilidade da Secretaria requisitante.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,	, ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

11 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

- **11.1.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- 11.2. A pretensão referida no subitem 11.1. será formalizada por meio de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do e-mail material@registro.sp.gov.br; ou protocolado na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min; ou ainda, através do site da BLL Bolsa de Licitações e Leilões, em www.bll.org.br.
- **11.3.** As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. O telefone para contato é **(13) 3828-1000 r. 1056**.
- **11.4.** Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do **PREGÃO** dando-se ciência aos demais licitantes.
- **11.5.** A resposta será encaminhada ao interessado pelo mesmo meio da apresentação do seu pedido.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **12.1.** Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- **12.2.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- **12.3.** As medidas referidas no **subitem 12.2.** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à **Secretaria Municipal de Administração**, o qual deverá ser encaminhado **preferencialmente** através do e-mail **material@registro.sp.gov.br**; <u>ou</u> protocolado na **Secretaria Municipal de Administração**, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro Registro/SP, CEP 119000-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min; <u>ou</u> ainda, através do site da BLL Bolsa de Licitações e Leilões, em www.bll.org.br.
- **12.4.** A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do **PREGÃO.**
- **12.5.** O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação do ato convocatório do **PREGÃO**, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	(Secretária da Administração) 2ª (F
----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	-------------------------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

13 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- **13.1.** O registro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições editalícias, inclusive com relação as quantidades, aos prazos, forma de execução dos serviços, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.
- 13.1.1. A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus ANEXOS, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus ANEXOS, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.
- 13.1.2. Cabe à licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame.
- **13.2.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 13.3. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio a especificação dos produtos ofertados, de forma clara e sem abreviatura e os valores unitários (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- **13.3.1.** O campo "marca", poderá ser preenchido com uma das seguintes informações: "Serviço", "Marca Própria" ou "Não se Aplica", <u>sendo vedada a identificação do participante.</u>

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
	_ = (



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **13.3.2.** Para o preenchimento da proposta eletrônica deverão ser observados os critérios estabelecidos no **item 17.**
- 13.3.3. A empresa deverá apresentar proposta para todos os itens. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista para os itens deste Edital.
- **13.3.4.** O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações mínimas contidas no **ANEXO I.**
- **13.5.** A validade da proposta será de <u>60 (sessenta) dias</u>, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- **13.6.** O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.
- 13.7. Não há necessidade de envio de qualquer tipo de anexo neste momento. A proposta escrita (conforme Anexo II) deverá ser encaminhada somente pelo detentor da melhor proposta, com os valores finais readequados. Com o percentual de desconto aplicado item a item, evitando-se o desconto apenas para um item.

14 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

- **14.1.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço **www.bll.org.br** na **opção** "**licitações cadastro de proposta**", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previsto no preâmbulo para abertura da sessão pública.
- **14.2.** O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na folha de rosto.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **14.3.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- **14.4. -** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- **14.5.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

15 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **15.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- **15.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- **15.3.** Os lances deverão ser formulados sobre o **valor global**, distintos e decrescentes. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **15.3.1.** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao seu último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- **15.4.** Se ocorrer dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	\	



- **15.5.** Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela Municipalidade.
- **15.6.** O descumprimento no disposto no subitem anterior implicará a não contratação.
- **15.7.** Fica a critério do **PREGOEIRO** a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- **15.8.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará o autor dos lances</u> aos demais participantes. O sistema permite o registro de lances que sejam superiores ao menor valor, que ficarão registrados em ordem decrescente de valor.
- **15.9.** No caso de desconexão com o **PREGOEIRO**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na forma eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o **PREGOEIRO**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- **15.10.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, através de comunicado que será disponibilizado no acesso público juntamente com o edital.
- **15.11.** O tempo livre de disputa será de **10 (dez) minutos**, após, será emitido aviso denominado pré-randômico, com duração de **05 (cinco) minutos**.
- **15.11.1. -** Transcorrido este prazo, o sistema dará início ao **tempo randômico** de até **30 (trinta) minutos**. A sessão será automaticamente encerrada.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **15.12.** O **PREGOEIRO** poderá encerrar facultativamente a sessão, mediante aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo randômico.
- **15.13 -** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor.
- **15.14.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- **15.15.** As licitantes que deixarem de dar seus lances, terão suas propostas analisadas pelo **PREGOEIRO**, para verificar se estão em conformidade com os preços e custos estimados para a contratação.

16 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 16.1. Para julgamento será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL.
- **16.2.** Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar n°123/2006, serão observados os seguintes procedimentos:
- **16.2.1.** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;
- b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no **subitem 16.2.1.**, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na **alínea "a"**;
- c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- **16.3.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **subitem 16.2.1.**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.
- **16.4.** O **PREGOEIRO** anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 16.5. Os documentos relativos à habilitação (conforme item 18 deste edital) do(s) autor(es) da proposta ou lance de menor preço, deverão ser remetidos VIA E-MAIL para material@registro.sp.gov.br, no prazo máximo de 02 (duas) horas, com posterior envio dos documentos originais e/ou cópia autenticada. A contagem do prazo de 02 (duas) horas, iniciar-se-á a partir da mensagem via "chat" do PREGOEIRO.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



- **16.6.1.** Caso a mensagem via "chat", de abertura do prazo para envio das documentações, não seja encaminhada até o final do expediente desta Prefeitura, ou, caso o prazo encerre-se após o período de expediente, reiniciar-se-á a sessão no primeiro dia útil subsequente.
- **16.6.2.** A não remessa dos documentos que trata o subitem anterior, ou o encaminhamento após o decurso do prazo, ensejará na **INABILITAÇÃO** do licitante e possível aplicação de penalidade.
- **16.7.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o **PREGOEIRO** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nesta etapa o **PREGOEIRO** poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- **16.8.** Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será **ADJUDICADO** ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- **16.9.** O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **16.10.** Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

17 - PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

- 17.1. A Empresa vencedora deverá entregar <u>via correio</u>, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS após a etapa de lances e mensagem via "chat" do pregoeiro, a proposta de preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s), datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) única via, em papel timbrado da licitante, elaborada conforme modelo de formulário de proposta ANEXO II, redigida em língua portuguesa, sem rasuras, emendas, borrões, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e assinatura do representante legal da licitante ou pelo procurador (neste caso, devendo ser juntada a procuração).
- 17.1.1. A soma dos totais (valor unitário multiplicado pela quantidade estimada), deverá corresponder ao preço global ofertado na fase de lances.
- 17.1.2. O valor da redução em relação à proposta inicial será distribuído de forma proporcional entre os itens, evitando-se o desconto apenas para um item.
- 17.1.2.1. Não serão admitidos valores com mais de duas casas após a vírgula, portanto, os valores poderão sofrer arredondamento, podendo ocorrer pequenos acréscimos ou supressões no valor global final.
- 17.1.3. A descrição detalhada dos itens encontra-se no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 17.1.4. <u>Junto com a proposta escrita, deverão ser encaminhados os documentos</u> relativos à Habilitação, observando o disposto no item 18 a seguir.
- **17.2.** A proposta escrita deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, sob pena de desclassificação, obrigatoriamente:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , ,	\ ,	



- a) Indicação do item da licitação, devidamente preenchida, contendo preços unitários e totais para o produto ofertado, contendo no final o valor total da proposta, com aproximação de no máximo 02 (duas) casas decimais;
- b) Preço líquido para pagamento na forma do item 27 deste edital;
- c) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;
- **17.3.** Não serão admitidas ofertas de serviços que não atendam as especificações mínimas do objeto licitado e contendo mais de uma cotação para o item sob pena de desclassificação.
- **17.4.** A proposta deverá conter, obrigatoriamente, preços líquidos, nestes incluídos além do lucro, todos os custos necessários à entrega dos exames na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos serviços. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **17.4.1.** Todas as despesas dos profissionais envolvidos na entrega dos exames são de inteira responsabilidade da contratada.
- **17.5.** A omissão de qualquer despesa necessária a perfeita execução do objeto desta licitação, será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **17.5.1.** A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.
- **17.6.** Caso haja erro de multiplicação e/ou soma na proposta apresentada, esta será corrigida, considerando os valores unitários como corretos, ato em que o Pregoeiro fará constar na ata de julgamento.
- 17.7. A proposta de preços escrita e documentos de habilitação deverão ser entregues no seguinte endereço: PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO A/C Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro, Registro SP, CEP 11900-000, em envelope fechado, consignando-se externamente além do nome da(o) proponente, os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO № 039/2019

"ENVELOPE – PROPOSTA DE PREÇOS"

NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

17.8. - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

18 – DA HABILITAÇÃO

18.1. – Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do presente **PREGÃO** são os seguintes:

18.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante
 Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais (MOBILIÁRIOS), dentro do prazo de validade;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do "CRF"
 Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal,
 Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito dentro do prazo de validade;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, com data de validade de no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

18.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante;
- a.1) Para empresas que estejam em processo de recuperação judicial, estas deverão apresentar, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme Súmula nº 50 do TCSP.

SÚMULA Nº 50 – "Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital."

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	(Secretária da Administração) 2ª (F
----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	-------------------------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

18.1.4. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível ou similar, com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo
 01 (uma) certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços semelhantes às licitadas.

18.1.5. - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Termo de opção e Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, conforme modelo do ANEXO III, caso o(a) proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014;
- a.1) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em Lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- a.2.) A falta de apresentação da declaração exigida no subitem 18.1.4 alínea "a" ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	(Secretária da Administração) 2ª (F
----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	-------------------------------------



- b) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que a(o) proponente cumpre os requisitos de habilitação, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, conforme modelo do ANEXO IV;
- c) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Conforme modelo do **ANEXO V**;
- d) Declaração da licitante elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera do Governo. Conforme modelo do ANEXO VI;
- e) Declaração da licitante elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação. Conforme modelo do ANEXO VII;
- f) Indicação do responsável ou responsáveis que assinarão a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador o instrumento de mandato. Conforme modelo do ANEXO VIII:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



- g) Declaração da licitante elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, conforme ANEXO IX, de que a empresa reúne condições de apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, o que segue:
 - g1) Prova de que o profissional responsável técnico, assim como a empresa proponente possuem registros ou inscrição válidos no Conselho de Classe Profissional respectivo, sobretudo de habilitação em Análises Clínicas;
 - g2) Declaração contendo indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos;
 - g3) Certificado de Controle Externo de Qualidade Ensaio de Proficiência, dentro do prazo de validade;
 - g4) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
 - g5) Cópia autenticada do Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária dentro do prazo de validade;
 - g6) Cópia autenticada da comprovação de vínculo do profissional indicado na "alínea g1" junto à empresa, conforme Súmula 25 do TCE/SP (contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços).

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

18.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **18.2.1.** Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- **18.2.2.** A aceitação dos documentos obtidos via Internet, ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.
- **18.2.3.** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo.
- **18.2.4.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- **18.2.5.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da sessão pública virtual.
- **18.2.6.** Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.
- **18.2.7.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



- **18.2.8.** A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a **INABILITAÇÃO** do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto no **subitem 18.2.10.** deste edital.
- **18.2.9.** O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos **sites** dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, devendo para todos os fins, constar as chaves de autenticação para que se possa verificar a autenticidade dos mesmos.
- **18.2.10.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e ou trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.
- **18.2.10.1.** Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e ou trabalhista, à microempresa ou empresa de pequeno porte será concedido um prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, sendo este prazo prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo **PREGOEIRO**.
- **18.2.10.2.** A não regularização fiscal e ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02 ou revogar a licitação (LC nº 123/06, art. 43, § 2º).
- 18.3. No mesmo prazo previsto no subitem 17.1. (05 dias úteis), a empresa vencedora também deverá entregar <u>via correio</u> e no <u>mesmo envelope da proposta de preços</u>, os documentos relativos à habilitação enviados por e-mail (material@registro.sp.gov.br), em originais ou cópias autenticadas, sob pena de inabilitação.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

18.4. - Não serão aceitos documentos divergentes dos apresentados eletronicamente (via email) ou via fax, exceto os documentos de ME ou EPP, que poderão ser atualizados conforme previsão legal (*LC 123/06 e 147/2014*).

19 - DOS RECURSOS

- **19.1. -** Não serão reconhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 19.2. Após o recebimento das documentações (proposta e habilitação) dentro do prazo estipulado neste edital, o **PREGOEIRO** informará via "chat" a data de abertura de manifestações de recursos para o proponente que desejar recorrer contra as decisões. Os proponentes poderão fazê-lo no **prazo de 15 (quinze) minutos**, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendolhes concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **19.3.** Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- **19.4. -** O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **19.5.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
	_ = (



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

19.6. - Os memoriais e as contrarrazões de recurso, devidamente assinados e digitalizados, preferencialmente em arquivo PDF, deverão ser encaminhados através do e-mail **material@registro.sp.gov.br.**

20 - DA ADJUDICAÇÃO

- **20.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do(a)(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao **PREGOEIRO** adjudicar o(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).
- **20.2.** Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s) a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).

21 - HOMOLOGAÇÃO

- 21.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- 21.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do(a)(s) proponente(s) adjudicatário(a)(s) para assinar a **Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação**, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

22 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATAÇÃO

22.1. – O(s) item(s) objeto deste **PREGÃO** será(ã) registrado(s) em Ata de Registro de Preços e contratado(s) consoante as regras próprias do Sistema. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá a Administração convocar o outro proponente classificado, observada a ordem da classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços **nas mesmas condições de sua oferta**, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------------	-----------------	-------------------



- 22.1.1. Concomitante a Ata de Registro de Preços, será emitida a Autorização de Início de Serviços.
- **22.1.2.** No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação que estará sujeito à remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme Instrução nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- **22.2.** Será enviada a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação (conforme Minutas constantes no **ANEXO X e ANEXO XI**, em formato PDF, à proponente adjudicatária através do e-mail contido no cadastro de dados do Sistema da BLL Bolsa de Licitações e Leilões.
- **22.2.1.** A Ata de Registro de Preços e o Termo de Ciência e Notificação, deverão ser impressos em 03 (três) vias de igual conteúdo, rubricadas em todas as suas páginas, com exceção da última, que deverá ser assinada pelo representante legal indicado.
- 22.2.2. Após assinatura, os referidos documentos deverão ser postados via Correios, através de carta registrada, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento do e-mail. O endereço para postagem é: Prefeitura Municipal de Registro Secretaria Municipal de Administração Seção Técnica de Compras e Licitações Rua José Antônio de Campos nº 250 Centro CEP: 11.900-000 Registro/SP.
- 22.2.2.1. Juntamente com a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, a adjudicatária deverá enviar o original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - a) Prova de que o profissional responsável técnico, assim como a empresa proponente possuem registros ou inscrição válidos no Conselho de Classe Profissional respectivo, sobretudo de habilitação em Análises Clínicas;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



- b) Declaração contendo indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos;
- c) Certificado de Controle Externo de Qualidade Ensaio de Proficiência, dentro do prazo de validade;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
- e) Cópia autenticada do Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária dentro do prazo de validade;
- f) Cópia autenticada da comprovação de vínculo do profissional indicado na "alínea a" junto à empresa, conforme Súmula 25 do TCE/SP (contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços).
- 22.2.2.2. O descumprimento do subitem 22.2.2.1., obrigará esta Prefeitura a não assinar a Ata de Registro de Preços, ficando a adjudicatária sujeita à aplicação das penalidades previstas no item 31.
- **22.2.2.3.** O prazo para postagem poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- **22.2.2.4.** Este prazo refere-se somente à postagem, excluindo o prazo de entrega da correspondência, já que este varia conforme a região em que está sediada a empresa.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,		



- **22.2.3.** A Prefeitura Municipal de Registro, por sua vez, colherá as assinaturas restantes, e, após, enviará a via da Detentora da Ata para o endereço indicado.
- **22.2.4.** O não envio da Ata de Registro de Preço à Prefeitura Municipal de Registro dentro do prazo estabelecido ensejará na aplicação das penalidades previstas neste edital como recusa injustificada para assinatura.
- **22.2.5.** Alegações como extravio deverão ser comprovadas através do A.R. emitido pela agência dos Correios.
- 22.3. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços e para as eventuais contratações, a Detentora da Ata deverá estar regular perante à Previdência Social e FGTS, podendo, para tanto, a Administração verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.
- 22.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da emissão da nota de empenho.
- **22.5.** As Notas de Empenhos serão enviadas à Detentora da Ata por e-mail, caso haja interesse na retirada das Notas de Empenhos originais, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes e efetuar a retirada.
- **22.6.** A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato ou aceitar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte do proponente adjudicatário, sujeitando-os às sanções previstas no **item 31 e subitens**.
- **22.7.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Transition (Coordina da Transition again)	= (quo.oo)	



- **22.7.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **22.7.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá:
 - a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **22.7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** poderá:
 - a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93:
 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **22.7.4.** Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá proceder à revogação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **22.7.5.** A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

23 - DA VIGÊNCIA

23.1. - O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de Preços, durante o qual o ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

24 - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- **24.1.** As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade das Secretarias solicitantes e a execução dos serviços realizados parcialmente, conforme indicação dessas.
- **24.1.1.** A execução dos serviços será solicitada mediante apresentação de Nota de Empenho expedida pela Prefeitura Municipal de Registro. As notas de empenho serão emitidas conforme valores registrados na Ata de Registro de Preços.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
	_ = (



- 24.1.2. A Detentora da Ata obriga-se a realizar os exames laboratoriais diariamente, sendo que não poderá exceder no período de 12 (doze) meses o total do exame descrito no ANEXO I Termo de Referência.
- 24.2. Os encaminhamentos para a realização dos exames, serão através de guias de solicitação de exames devidamente carimbada e assinada por profissional legalmente habilitado, do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), desta Prefeitura Municipal.
- 24.3. Os exames periódicos destinados aos servidores deverão ser realizados no estabelecimento da Detentora da Ata.
- 24.3.1. Quando por motivo de não possuir na empresa contratada equipamentos necessários a execução dos exames, a contratada deverá, a suas custas, levar o paciente na cidade mais próxima para realização dos procedimentos, obedecendo os prazos e condições estabelecidos neste edital. Toda despesa com estadia e alimentação do servidor será de responsabilidade da contratada.
- 24.4. A Detentora da Ata deverá realizar os exames quando devidamente solicitados, respeitando-se o período de vigência da Ata de Registro de Preços, tipos de exames e suas respectivas quantidades.
- 24.5. As entregas dos resultados dos exames deverão ocorrer por conta da empresa vencedora em no máximo 07 (sete dias) após a coleta e/ou realização, nos horários das 08h00min as 11h30min e das 13h30min as 16h30min. Em caso de exames alterados que coloque em risco o quadro de saúde do paciente, o resultado deverá ser comunicado com urgência ao responsável solicitante por fax ou e-mail.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
•	,	



- 24.5.2. Os exames deverão ser entregues no SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), no Paço Municipal, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro, Registro/SP, CEP 11900-000. Telefone para contato (13) 3828-1092.
- 24.5.2.1. O endereço de entrega poderá ser alterado, devendo o Órgão Gerenciador indicar previamente à Detentora da Ata.
- 24.6. Todo o material recebido/coletado deverá ser identificado com nome mediante rotulagem dos recipientes com etiquetas autoadesivas.
- 24.6.1. Deverá ser indicado nos resultados de exames, o método de análise utilizado para cada dosagem e/ou exame, com os devidos valores de referência quando pertinente.
- 24.7. A detentora da Ata assumirá todas as responsabilidades legais decorrentes da emissão dos laudos dos exames realizados.
- 24.7.1. A execução dos serviços deverá ser feita através de profissionais especializados, responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.
- 24.7.1.1. A CONTRATADA deverá manter em seu quadro de funcionários, profissional que esteja habilitado a executar análise clínicas, responsável técnico, com inscrição no Respectivo Conselho Regional de Exercício Profissional.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 24.8. Fica a Detentora da Ata de Registro de Preços ciente, de executar os serviços nas quantidades solicitadas e no prazo estabelecido. Devendo os resultados dos exames serem entregues por funcionários da empresa contratada no(s) local(is) indicado(s) e nos horários estipulados, correndo por conta da Detentora da Ata as despesas inerentes aos serviços.
- 24.8.1. A Detentora da Ata obriga-se a executar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência ANEXO I.
- 24.9. Fica reservado à Detentora da Ata o direito de não aceitar os serviços, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias referente a qualidade e/ou quantidades inferiores. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se exatidão dos serviços conforme condições deste edital.
- 24.10. As despesas com todos os materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços será de responsabilidade da contratada, sem ônus ao órgão gerenciador.
- 24.11. A CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando-se recomendações de boa técnica, normas e legislação, colocando à disposição dos beneficiários do contrato somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos e aprovados pelas normas da Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde.
- 24.12. A contratada deverá manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
- (Coordiana da / lanimionagao)	= (,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

25 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 25.1 O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital e seus anexos, podendo a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição dos serviços que não estejam devidamente atendendo as exigências do edital, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. Os resultados deverão ser entregues, nos locais e endereços indicados, de acordo com o **item 24** deste Edital.
- **25.1.1.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- **25.1.2.** Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços, objeto desta licitação, as Secretarias Municipais através dos seus Secretários ou pessoas responsáveis por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- 25.1.2.1. Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
 - a) Ordenar à licitante vencedora corrigir quando da execução dos serviços, ocorrer imperfeições ou desacordos com as especificações e exigências do edital;
 - b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **25.1.2.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- **25.2.** Havendo a necessidade de substituição e/ou complementação dos serviços, a Secretaria interessada notificará imediatamente a Detentora da Ata, para que a troca ocorra imediatamente. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, assim também como possível aplicação de penalidades.
- **25.2.1.** Caberá à contratada arcar com as despesas inerentes aos serviços a serem substituídos.
- **25.3.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 25.3.1. A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Finanças. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal ficará aguardando normalização para prosseguimento/pagamento, ou até mesmo devolvida para emissão de novo documento fiscal.
- **25.4.** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**.
- **25.5.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



- 25.6. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o serviço fornecido venha causar a **PREFEITURA OU A TERCEIROS**.
- 25.7. A PREFEITURA se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a DETENTORA DA ATA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da PREFEITURA.
- **25.8. -** O recebimento pela **PREFEITURA**, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- **25.9.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- 25.10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
 - a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - Na hipótese de substituição/refazimento/complementação, o **DETENTOR DA ATA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, imediatamente, contada da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
 - c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	\	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

26 - DA GARANTIA

- **26.1.** O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- **26.2. -** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **26.3.** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.

27 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 27.1. A Detentora da Ata deverá enviar até o 1º dia útil de cada mês, o relatório da produção por tipo de exame para conferência, referente ao mês anterior, no SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), no Paço Municipal, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro, Registro/SP, CEP 11900-000.
- 27.1.2. O relatório deverá conter dados como: Nome do paciente, quantidade e tipo de exame, solicitante e data da coleta.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 27.1.3. Mediante conferência e aprovação do relatório, as Secretarias solicitantes encaminharão o Pedido de Empenho Parcial à Secretaria Municipal de Administração para as devidas providências.
- 27.1.3.1. Com a Nota de Empenho Parcial remetida pela Secretaria interessada, a Detentora da Ata emitirá a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser entregue no SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho).
- 27.1.3.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 27.1.3.3. A CONTRATADA tem responsabilidade de apresentar mensalmente Certificado de Controle de Qualidade de participação em Programa de Qualidade EXTERNO, juntamente com a Nota Fiscal.
- 27.1.3.4. A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes da aprovação do relatório e recebimento da Nota de Empenho Parcial da Contratante.
- 27.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.
- **27.3.** O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Finanças, e ocorrerão em uma das seguintes datas: 11, 21 ou 30/31, desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **27.3.1.** As datas relacionadas no **subitem 27.3.** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , ,	\ ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **27.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **27.5.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

28 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

28.1. - O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

29 - DA DISPENSA DE GARANTIA

29.1. - Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

30 - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

30.1. - DOS DIREITOS

30.1.1. - Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

30.2. – DAS OBRIGAÇÕES

30.2.1. - Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

Rubrica 1 ^a (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar ao **DETENTOR DA ATA** as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao **DETENTOR DA ATA** todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços;
- d) Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Comunicar ao **DETENTOR DA ATA**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, indicando o responsável para tal atribuição;
- g) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

30.2.2. - Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:

 a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos serviços, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite dos serviços, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- c) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e sanitários;
- e) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Comunicar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução dos serviços;
- g) Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- i) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- j) Obedecer aos prazos estipulados e as quantidades solicitadas dos itens, e cumprir todas as exigências constantes no edital e Ata de Registro de Preços;
- k) Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os serviços não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços ofertados;
- m) A **DETENTORA DA ATA** assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabilizase, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços;
- n) Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da **DETENTORA DA ATA**.

31 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. - Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

31.1.1. - Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 31.2. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



- 31.3. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente a proposta escrita, e/ou documentos de habilitação da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;
 - b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 31.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
 - b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 31.4.1. As mesmas sanções serão aplicadas à adjudicatária que, devidamente convocada a assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, deixar de atender ou apresentar os documentos exigidos no subitem 22.2.2.1. alíneas "a" a "f", ou apresentá-lo de forma defeituosa.
- 31.5. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, e/ou pelo atraso injustificado na execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
`	. , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	



- a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- **31.6.** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- **31.7. -** Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no **subitem 31.1.1. alíneas "c"** e/ou "**d**".
- **31.8.** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- **31.9.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- 31.9.1. O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- 31.9.2. A sanção estabelecida no **subitem 31.1.1. alínea "d"** é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **31.10.** O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até **10 (dez) dias** da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- **31.10.1.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- **31.10.2.** Na impossibilidade da aplicação do **subitem 31.10.1.** o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- **31.11.** Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

32 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **32.1. -** O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
 - a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - c) Tiver presentes razões de interesse público.
- **32.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
	_ = (



- **32.3. -** O **DETENTOR DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- **32.4.** A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
 - a) Inexecução parcial ou total do contrato;
 - b) Inobservância de dispositivos legais;
 - c) Dissolução de empresa Contratada;
 - d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **32.5.** Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- **32.6. -** Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
 - a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
 - b) Lentidão do seu cumprimento, levando o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- c) Atraso injustificado na execução dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do **DETENTOR DA ATA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

33 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **33.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **33.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste **PREGÃO**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- **33.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- **33.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.

Rubrica 1 ^a (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



- **33.5.** (O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO**.
- **33.6.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da(o) proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- **33.7.** O(s) proponente(s) é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO**.
- 33.8. A adjudicação do(s) item(s) deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.
- **33.9.** Ao **PREGOEIRO** ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- **33.10.** Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) do(s) proponente(s) adjudicatária(o)(s), farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.
- **33.11.** Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pelo **PREGOEIRO**, com base na legislação vigente.
- **33.12.** O resultado do presente certame e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município Diário Eletrônico em www.registro.sp.gov.br e divulgados no site da www.bll.org.br.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
•	,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

33.13. - É de inteira responsabilidade das empresas licitantes o acompanhamento dos esclarecimentos/adendos/erratas ou quaisquer outras informações acerca da presente licitação, dos quais serão disponibilizados no site da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, www.bll.org.br.

33.14. - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

33.15. - O Foro da Comarca de Registro/SP, será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.

33.16. - Integram o presente Edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL;

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO ATO DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Transition (Coordina da Transition again)	= (quo.oo)	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO XI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

Registro, 16 de abril de 2019.

DÉBORA GOETZ ACETO

Secretária Municipal de Administração

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	(Secretária da Administração) 2ª (F
----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	-------------------------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2019

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. - O objeto do presente termo de referência é o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

2 - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. - O valor total estimado da contratação é de R\$ 204.689,91 (duzentos e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa um centavos), sendo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MED.	QNT.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	039.50.00339 - EXAME DE ÁCIDO HIPÚRICO	SV	75	20,78	1.558,50
2	039.50.00340 - EXAME DE ÁCIDO METIL HIPÚRICO	SV	15	20,78	311,70
3	039.50.00384 - EXAME DE ACUIDADE VISUAL	SV	1.118	50,00	55.900,00
4	039.50.00142 - EXAME DE AUDIOMETRIA TONAL VOCAL	sv	58	77,14	4.474,12
5	039.50.00200 - EXAME DE CONTAGEM DE RETICULOCITOS	SV	15	8,45	126,75
6	039.50.00324 - EXAME DE COPROCULTURA	SV	110	41,07	4.517,70
7	039.50.00338 - EXAME DE CREATINIA	SV	75	4,34	325,75
8	039.50.00357 - EXAME DE ECG	SV	69	94,68	6.532,69
9	039.50.00358 - EXAME DE EEG	SV	69	201,37	13.894,19
10	039.50.00141 - EXAME DE ESPIROMETRIA SIMPLES	sv	24	103,21	2.477,04
11	039.50.00347 - EXAME DE GGT	SV	69	4,41	304,52
12	039.50.00008 - EXAME DE GLICEMIA	SV	69	6,64	458,39
13	039.50.00009 - EXAME DE HEMOGRAMA COMPLETO	SV	727	12,10	8.799,12

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
-----------------------------------------	-------------------	-------------------



14	039.50.00346 - EXAME DE MICOLÓGICO DE UNHA	SV	110	19,80	2.178,00
15	039.50.00305 - EXAME DE PARASITOLOGICO DE FEZES - EPF	SV	609	4,93	3.004,40
16	039.50.00359 - EXAME DE PARCIAL DE URINA	SV	609	7,91	4.815,16
17	039.50.00143 - EXAME DE RX DO TÓRAX PA BIANUAL (laudo OIT/2000)	SV	15	401,37	6.020,48
18	039.50.00336 - EXAME DE SOROLOGIA PARA HEPATITE B	SV	499	105,39	52.587,95
19	039.50.00337 - EXAME DE SOROLOGIA PARA HEPATITE C	SV	499	32,76	16.345,58
20	039.50.00022 - EXAME DE TGO	SV	75	4,34	325,75
21	039.50.00023 - EXAME DE TGP	SV	75	4,34	325,75
22	039.50.00345 - EXAME DE UROCULTURA + TSA	SV	609	28,45	17.324,02
23	039.50.00124 - EXAME DE VDRL	SV	333	6,25	2.082,36
	VALOR TOTAL ESTIMADO			204.689,91	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

ANEXO II - FORMULÁRIO DE MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO 039/2019

NOME DA EMPRESA: _					
ENDEREÇO:					
CIDADE:		ESTADO:			_
CNPJ:		I.E:		I.M:	
BANCO:	AG:		C/C: _		
E-MAIL PESSOAL (REF	RESENTANT	E LEGAL):			
E-MAIL INSTITUCIONA	L:				

Referente: Pregão Eletrônico nº 039/2019

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, destinada ao REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, conforme descrito no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital, de acordo com a necessidade da Prefeitura, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MED.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	039.50.00339 - EXAME DE ÁCIDO HIPÚRICO	SV	75		
2	039.50.00340 - EXAME DE ÁCIDO METIL HIPÚRICO	SV	15		
3	039.50.00384 - EXAME DE ACUIDADE VISUAL	SV	1.118		
4	039.50.00142 - EXAME DE AUDIOMETRIA TONAL VOCAL	SV	58		
5	039.50.00200 - EXAME DE CONTAGEM DE RETICULOCITOS	SV	15		
6	039.50.00324 - EXAME DE COPROCULTURA	SV	110		
7	039.50.00338 - EXAME DE CREATINIA	SV	75	·	

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
-----------------------------------------	-------------------	-------------------



8	039.50.00357 - EXAME DE ECG	SV	69	
9	039.50.00358 - EXAME DE EEG	SV	69	
10	039.50.00141 - EXAME DE ESPIROMETRIA SIMPLES	SV	24	
11	039.50.00347 - EXAME DE GGT	SV	69	
12	039.50.00008 - EXAME DE GLICEMIA	SV	69	
13	039.50.00009 - EXAME DE HEMOGRAMA COMPLETO	sv	727	
14	039.50.00346 - EXAME DE MICOLÓGICO DE UNHA	SV	110	
15	039.50.00305 - EXAME DE PARASITOLOGICO DE FEZES - EPF	SV	609	
16	039.50.00359 - EXAME DE PARCIAL DE URINA	SV	609	
17	039.50.00143 - EXAME DE RX DO TÓRAX PA BIANUAL (laudo OIT/2000)	SV	15	
18	039.50.00336 - EXAME DE SOROLOGIA PARA HEPATITE B	sv	499	
19	039.50.00337 - EXAME DE SOROLOGIA PARA HEPATITE C	sv	499	
20	039.50.00022 - EXAME DE TGO	SV	75	
21	039.50.00023 - EXAME DE TGP	SV	75	
22	039.50.00345 - EXAME DE UROCULTURA + TSA	SV	609	
23	039.50.00124 - EXAME DE VDRL	SV	333	
	VALOR TOTAL			

Prazo de validade da proposta	a: 60 (sesse	enta) dias, contado	os a partir da data da sessão	pública
do Pregão.				
		, de	de 2019.	
	((local e data)		
	(Assinat	tura do responsá\	/el)	
Rubrica 1ª (Secretária da Administr	നട്ട് വ	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

		_ (nome	da	empresa),	com	sede	na
	(e	ndereço), insc	rita no (CNPJ sob o n	·		,
vem através de se	eu representante	legal abaixo a	ssinado	, com fundam	ento no a	rtigo 3º e	seus
parágrafos da Lei	Complementar n	o 123, de 15 d	e dezer	nbro de 2006,	manifesta	ar a sua o _l	oção
pelo tratamento di	ferenciado e fav	orecido, estan	do apta	a usufruir do	tratament	o ali prev	sto.
DECLARA ainda,	ser:						
☐ Micr	oempresa e não	haver nenhu	m dos ir	mpedimentos į	orevistos	nos inciso)S
do § 4º do artigo 3	³⁰ da Lei Comple	mentar nº 123	3/2006.				
☐ Emp	oresa de pequer	no porte e não	o haver	nenhum dos iı	mpedimei	ntos previ	stos
nos incisos do § 4	º do artigo 3º da	Lei Complem	entar n ^o	123/2006.			
Declaro ainda ter			_	·	-		
direito de preferê		,	-	•			•
Eletrônico nº 039		•					•
no decorrer do úl mesma incorrido e			-		-		
Complementar 12	3 de 14 de dezer	mbro de 2006	(artigo 3	8º. § 6º, Lei Co	mplemen	tar nº 123	/06).
Por ser verdade, f	irmamos a prese	ente sob as pe	nas da	Lei.			
	Em	_ de		de 2019.			
(ass	sinatura do respo	nsável pela pi	roposta	e carimbo da	 empresa)		
Rubrica 1ª (Secretár	ria da Administração)	2ª (R	Requerente	e) Vis	to do Jurídio	00	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO OS REQUISITOS DE **HABILITAÇÃO**

REFEFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2019

Sr. Pregoeir	0,						
Pela present	e, declar	o(amos) q	ue, nos ter	mos do ar	t. 4º, VII, da Le	i nº 10.520 / 2002	2, a
empresa					(indic	ação da razão so	cial)
cumpre plena	amente os	s requisitos	de habilitaç	ção para o I	PREGÃO ELETI	RÔNICO № 039/20)19,
		•				OZE) MESES, PA	
CONTRATA	ÇÃO DE	EMPRES	A ESPECIA	LIZADA N	IA PRESTAÇÃO	DE SERVIÇOS	DE
EXAMES N	, IÉDICOS	PERIÓ	DICOS, PA	ARA OS	SERVIDORES	DA PREFEITU	JRA
MUNICIPAL	DE REG	ISTRO/SP	, e assume	inteira res	ponsabilidade p	or quaisquer erros	s ou
omissões qu	e tiverem	sido com	etidos quan	do da prep	paração da mesi	ma, não havendo	fato
impeditivo à s	sua habili	tação.					
		Em	de		de 2019.		
	(assi	natura do	representan	nte legal e d	carimbo da empr	esa)	
Pubrica 18 (Sc	ocrotária da	Administraçã	0)	2ª (Regueron	to) Viete	o do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A que se refere o artigo 2º do Decreto nº 42.911, de 6 de março de 1998.

Eu	(nome completo), representante legal da
empresa	(nome da pessoa jurídica),
interessada em participar no Processo Licitatóri	o nº 067/2019, Pregão Eletrônico nº
039/2019, declaro, que não possuímos no nosso qua	dro de funcionários, menores de 18 anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e me	nores de 16 anos em qualquer tipo de
trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de	os 14 anos, conforme preceitua o inciso
XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso '	V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93
e suas alterações;	
Em de	de 2019.
(assinatura do representante legal	e carimbo da empresa)
Rubrica 1 ^a (Secretária da Administração) 2 ^a (Reque	rente) Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO

PROCESSO Nº 067/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Declaramos a inexistência de fato impeditivo quanto à:

- a) Participação em licitação e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Participação em licitação ou contratação com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

SÚMULA Nº 51 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Declaramos, ainda, ter conhecimento de que a participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as	penas da Lei.
Em de _	de 2019.
(assinatura do represe	ntante legal e carimbo da empresa)
Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente) Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
PROCESSO N° 067/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Eu	(nor	me	comple	eto),	Portador(a) da Carteira de
Identidade n°					
representante legal da empresajurídica), declaro para os devidos fins, ter co	nhec	imer	nto e a	ceita	(nome da pessoa ar as condições estabelecidas
no Edital acima referido, para cumprimento o	das o	brig	ações	do o	objeto da licitação.
Em de				de 20	019.
(assinatura do representan	nte leç	gal e	e cariml	bo da	a empresa)
Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Re	eguer	rente)		Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
PROCESSO N° 067/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Eu	(nome completo), Portador(a) da Carteira
de Identidade n°	e do CPF n°
representante legal da empresa	(nome da
pessoa jurídica), declaro para os devidos fins, o Notificação referente a Modalidade de Licitação	que assinarei o Contrato e Termo de Ciência e o Pregão Eletrônico n° 039/2019.
E-MAIL INSTITUCIONAL:	
E-MAIL PESSOAL DO REPRESENTANTE LE	
Em de	de 2019.
(assinatura do representante	legal e carimbo da empresa)

____ Visto do Jurídico _

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _____ 2ª (Requerente) ___



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
PROCESSO N° 067/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Eu	(nome co	mpleto), Portador(a) da Carteira de Identidade
n°	e do CPF nº	representante legal da empresa
	(nome da pes	soa jurídica), declaro para os devidos fins, que
reunimos cond	lições de apresentar no ato da assinatura da A	ta de Registro de Preços e Termo de Ciência e
Notificação as	seguintes documentações: A) Prova de que	e o profissional responsável técnico, assim
сото а етр	resa proponente possuem registros ou	inscrição válidos no Conselho de Classe
Profissional ı	respectivo, sobretudo de habilitação em .	Análises Clínicas; B) Declaração contendo
indicação das	s instalações, do aparelhamento e do pes	soal técnico adequado e disponível para a
realização do	objeto da licitação, bem como a qualific	ação de cada um dos membros da equipe
técnica que s	e responsabilizarão pelos trabalhos; C) Cel	rtificado de Controle Externo de Qualidade –
Ensaio de Pro	oficiência, dentro do prazo de validade; D)	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de
Estabelecime	nto de Saúde (CNES); E) Cópia autenticada	a do Alvará de Funcionamento da Vigilância
Sanitária den	ntro do prazo de validade; F) Cópia au	tenticada da comprovação de vínculo do
profissional ii	ndicado na "alínea a" junto à empresa, cont	orme Súmula 25 do TCE/SP (contrato social,
registro na c	arteira profissional, ficha de empregado	ou contrato de trabalho, sendo possível a
contratação o	le profissional autônomo que preencha os	requisitos e se responsabilize tecnicamente
pela execução	o dos serviços).	
	Em de	de 2019.
	(assinatura do representante legal e	e carimbo da empresa)

_ Visto do Jurídico _

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) ______ 2ª (Requerente) ____



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2019

Aos dias do mês de do ano de dois mil
dezenove, na cidade de Registro, Estado de São Paulo, PREFEITURA MUNICIPAL DI
REGISTRO , através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO , sito na Rua Jos
Antônio de Campos, 250 - Centro - Registro/SP, representada neste ato pelo PREFEITO
MUNICIPAL, Senhor GILSON WAGNER FANTIN, brasileiro, casado, portador do RG. n
X.XXX.XXX-X-XXX/XX, inscrito no CPF/MF sob o nº $XXX.XXX.XXX-XX$, residente of $XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX$
domiciliado à Rua XXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXXX, neste Município e Comarc
de Registro, Estado de São Paulo, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR,
empresa:, sito na
, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa
Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº
representada neste ato por, inscrito no Cadastro de
Pessoas Físicas sob o nº
que ocupa na empresa), doravante denominado DETENTOR DA ATA; para proceder, no
termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente
no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a
alterações posteriores e Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de
dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e Lei nº 8.078, de
1990 do Código de Defesa do Consumidor, em face da classificação das proposta
apresentadas no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 039/2019 resultado de
licitação e homologado pelo Prefeito Municipal de Registro, RESOLVE registrar os preço
para a contratação dos itens conforme consta no ANEXO I do Edital, que passa a fazer part
integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1					
VALOR TOTAL					

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, através de Sistema de Registro de Preços (SRP).
- **1.2.** A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização do contrato se dar na forma do § 4° do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- **1.3.** As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas. A Contratada/Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	- / /	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro
de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de
Preços, (
não será obrigado a contratar os serviços referido na CLÁUSULA PRIMEIRA exclusivamente
pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar
conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas
detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas
para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</u>

- **3.1.** As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade das Secretarias solicitantes e a execução dos serviços realizados parcialmente, conforme indicação dessas.
- **3.1.1.** A execução dos serviços será solicitada mediante apresentação de Nota de Empenho expedida pela Prefeitura Municipal de Registro. As notas de empenho serão emitidas conforme valores registrados na Ata de Registro de Preços.
- 3.1.2. A Detentora da Ata obriga-se a realizar os exames laboratoriais diariamente, sendo que não poderá exceder no período de 12 (doze) meses o total do exame descrito no ANEXO I Termo de Referência do edital.
- 3.2. Os encaminhamentos para a realização dos exames, serão através de guias de solicitação de exames devidamente carimbada e assinada por profissional legalmente habilitado, do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), desta Prefeitura Municipal.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- 3.3. Os exames periódicos destinados aos servidores deverão ser realizados no estabelecimento da Detentora da Ata.
- 3.3.1. Quando por motivo de não possuir na empresa contratada equipamentos necessários a execução dos exames, a contratada deverá, a suas custas, levar o paciente na cidade mais próxima para realização dos procedimentos, obedecendo os prazos e condições estabelecidos neste edital. Toda despesa com estadia e alimentação do servidor será de responsabilidade da contratada.
- 3.4. A Detentora da Ata deverá realizar os exames quando devidamente solicitados, respeitando-se o período de vigência da Ata de Registro de Preços, tipos de exames e suas respectivas quantidades.
- 3.5. As entregas dos resultados dos exames deverão ocorrer por conta da empresa vencedora em no máximo 07 (sete dias) após a coleta e/ou realização, nos horários das 08h00min as 11h30min e das 13h30min as 16h30min. Em caso de exames alterados que coloque em risco o quadro de saúde do paciente, o resultado deverá ser comunicado com urgência ao responsável solicitante por fax ou e-mail.
- 3.5.2. Os exames deverão ser entregues no SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), no Paço Municipal, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro, Registro/SP, CEP 11900-000. Telefone para contato (13) 3828-1092.
- 3.5.2.1. O endereço de entrega poderá ser alterado, devendo o Órgão Gerenciador indicar previamente à Detentora da Ata.
- 3.6. Todo o material recebido/coletado deverá ser identificado com nome mediante rotulagem dos recipientes com etiquetas autoadesivas.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



- 3.6.1. Deverá ser indicado nos resultados de exames, o método de análise utilizado para cada dosagem e/ou exame, com os devidos valores de referência quando pertinente.
- 3.7. A detentora da Ata assumirá todas as responsabilidades legais decorrentes da emissão dos laudos dos exames realizados.
- 3.7.1. A execução dos serviços deverá ser feita através de profissionais especializados, responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.
- 3.7.1.1. A CONTRATADA deverá manter em seu quadro de funcionários, profissional que esteja habilitado a executar análise clínicas, responsável técnico, com inscrição no Respectivo Conselho Regional de Exercício Profissional.
- 3.8. Fica a Detentora da Ata de Registro de Preços ciente, de executar os serviços nas quantidades solicitadas e no prazo estabelecido. Devendo os resultados dos exames serem entregues por funcionários da empresa contratada no(s) local(is) indicado(s) e nos horários estipulados, correndo por conta da Detentora da Ata as despesas inerentes aos serviços.
- 3.8.1. A Detentora da Ata obriga-se a executar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência ANEXO I do edital.
- 3.9. Fica reservado à Detentora da Ata o direito de não aceitar os serviços, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias referente a qualidade e/ou quantidades inferiores. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se exatidão dos serviços conforme condições deste edital.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 3.10. As despesas com todos os materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços será de responsabilidade da contratada, sem ônus ao órgão gerenciador.
- 3.11. A CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando-se recomendações de boa técnica, normas e legislação, colocando à disposição dos beneficiários do contrato somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos e aprovados pelas normas da Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde.
- 3.12. A contratada deverá manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- **4.1 –** O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital e seus anexos, podendo a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição dos serviços que não estejam devidamente atendendo as exigências do edital, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. Os resultados deverão ser entregues, nos locais e endereços indicados, de acordo a Cláusula Terceira.
- **4.1.1.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	\	



- **4.1.2.** Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços, objeto desta licitação, as Secretarias Municipais através dos seus Secretários ou pessoas responsáveis por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- **4.1.2.1.** Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
 - a) Ordenar à licitante vencedora corrigir quando da execução dos serviços, ocorrer imperfeições ou desacordos com as especificações e exigências do edital;
 - b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **4.1.2.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.
- **4.2.** Havendo a necessidade de substituição e/ou complementação dos serviços, a Secretaria interessada notificará imediatamente a Detentora da Ata, para que a troca ocorra imediatamente. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, assim também como possível aplicação de penalidades.
- **4.2.1.** Caberá à contratada arcar com as despesas inerentes aos serviços a serem substituídos.
- **4.3.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
•	,	



- **4.3.1.** A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Finanças. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal ficará aguardando normalização para prosseguimento/pagamento, ou até mesmo devolvida para emissão de novo documento fiscal.
- **4.4.** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**.
- **4.5.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.
- 4.6. O recebimento definitivo n\u00e3o implica na falta de responsabiliza\u00e7\u00e3o da DETENTORA DA ATA pelos preju\u00e1zos que o servi\u00e7o fornecido venha causar a PREFEITURA OU A TERCEIROS.
- **4.7.** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.
- **4.8.** O recebimento pela **PREFEITURA**, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- **4.9.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- 4.10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
 - a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - Na hipótese de substituição/refazimento/complementação, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, imediatamente, contada da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
 - c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

- **5.1.** O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- **5.2.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

5.3. - No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. A Detentora da Ata deverá enviar até o 1º dia útil de cada mês, o relatório da produção por tipo de exame para conferência, referente ao mês anterior, no SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), no Paço Municipal, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro, Registro/SP, CEP 11900-000.
- 6.1.2. O relatório deverá conter dados como: Nome do paciente, quantidade e tipo de exame, solicitante e data da coleta.
- 6.1.3. Mediante conferência e aprovação do relatório, as Secretarias solicitantes encaminharão o Pedido de Empenho Parcial à Secretaria Municipal de Administração para as devidas providências.
- 6.1.3.1. Com a Nota de Empenho Parcial remetida pela Secretaria interessada, a Detentora da Ata emitirá a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser entregue no SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho).
- 6.1.3.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 6.1.3.3. A CONTRATADA tem responsabilidade de apresentar mensalmente Certificado de Controle de Qualidade de participação em Programa de Qualidade EXTERNO, juntamente com a Nota Fiscal.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , ,	\ ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

6.1.3.4. - A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes da aprovação do relatório e recebimento da Nota de Empenho Parcial da Contratante.

6.2. - A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.

- **6.3. -** O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Finanças, e ocorrerão em uma das seguintes datas: 11, 21 ou 30/31, desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **6.3.1.** As datas relacionadas no **subitem 6.3.** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- **6.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **6.5.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

- **7.7.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **7.7.1. -** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- **7.7.2. -** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:
 - a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **7.7.3. -** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** poderá:
 - a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93;
 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **7.7.4.** Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá proceder à revogação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

7.7.5. - A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

8.1. - O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DA DISPENSA DE GARANTIA

9.1. - Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente **PREGÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. - DOS DIREITOS

10.1.1. - Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

10.2. – DAS OBRIGAÇÕES

- **10.2.1. -** Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:
 - a) Efetuar o pagamento ajustado;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- b) Dar ao **DETENTOR DA ATA** as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao **DETENTOR DA ATA** todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços;
- d) Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Comunicar ao **DETENTOR DA ATA**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro)
 horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito
 cumprimento do objeto deste instrumento;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, indicando o responsável para tal atribuição;
- g) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

10.2.2. - Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:

- a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos serviços, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite dos serviços, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	\	



- Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e sanitários;
- e) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Comunicar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução dos serviços;
- g) Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- h) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- i) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- j) Obedecer aos prazos estipulados e as quantidades solicitadas dos itens, e cumprir todas as exigências constantes no edital e Ata de Registro de Preços;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(= (,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- k) Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os serviços não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços ofertados;
- m) A DETENTORA DA ATA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabilizase, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços;
- n) Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da **DETENTORA DA ATA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **11.1.** Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- **11.1.1.** Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	\	



- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 11.2. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	(Secretária da Administração) 2ª (F
----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	-------------------------------------



- 11.3. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente a proposta escrita, e/ou documentos de habilitação da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;
 - b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
 - b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.4.1. As mesmas sanções serão aplicadas à adjudicatária que, devidamente convocada a assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, deixar de atender ou apresentar os documentos exigidos no subitem 22.2.2.1. alíneas "a" a "f" do edital, ou apresentá-lo de forma defeituosa.
- 11.5. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, e/ou pelo atraso injustificado na execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
rabiloa i (Occidiana da raininiotragao) _	2 (Noquoronto)	VIOLO GO GALIGIOO



- a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- **11.6.** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- 11.7. Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no subitem 11.1.1. alíneas "c" e/ou "d".
- **11.8.** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- **11.9.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- **11.9.1.** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.
- **11.9.2.** A sanção estabelecida no **subitem 11.1.1. alínea "d"** é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **11.10.** O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até **10 (dez) dias** da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- **11.10.1.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- **11.10.2.** Na impossibilidade da aplicação do **subitem 11.10.1.** o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- **11.11.** Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **12.1. -** O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
 - a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - c) Tiver presentes razões de interesse público.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- **12.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- **12.3. -** O **DETENTOR DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- **12.4.** A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida de pleno direito pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
 - a) Inexecução parcial ou total do contrato;
 - b) Inobservância de dispositivos legais;
 - c) Dissolução de empresa Contratada;
 - d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **12.5.** Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- **12.6. -** Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
 - a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- b) Lentidão do seu cumprimento, levando o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) Atraso injustificado na execução dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**:
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do **DETENTOR DA ATA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1. - A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Pregão Eletrônico nº 039/2019 e à proposta da DETENTORA DA ATA, fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA</u>

14.1. - A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula na Imprensa Oficial.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

GILSON WAGNER FANTIN Prefeito Municipal P/ Órgão Gerenciador	REPRESENTANTE LEGAL P/ Detentor da Ata
Testemunhas:	
Nome R.G.:	Nome R.G.:

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)2ª ((Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO XI - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Atendimento às Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ORGAO GERENCIADOR: DETENTOR DA ATA: CONTRATO Nº (DE ORIGEM): OBJETO: ADVOGADO (S): Na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR e DETENTOR DA ATA, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o
mais que couber. Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.
Local e data.
ÓRGÃO GERENCIADOR
NOME E CARGO: E-MAIL INSTITUCIONAL: E-MAIL PESSOAL:
ASSINATURA:
DETENTOR DA ATA
NOME E CARGO: E-MAIL INSTITUCIONAL: E-MAIL PESSOAL:
ASSINATURA:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.
Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico